

HABEAS CORPUS Nº 492.857 - PR (2019/0039401-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CAMILA MAUSS BECKER E OUTROS
ADVOGADOS : NEY FAYET DE SOUZA JUNIOR - RS025581
DIEGO VIOLA MARTY - RS054288
PAULO FAYET - RS055413
FELIPE HILGERT MALLMANN - RS080422
CAMILA MAUSS BECKER - RS091108
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO

DECISÃO

1. Trata-se de requerimento formulado em favor de **LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO**, no qual pleiteia a extensão dos efeitos do **decisum** que, no **Habeas Corpus n. 486.634/PR**, impetrado em benefício de **MARIO SEABRA SUAREZ**, deferiu o pedido de liminar para determinar a revogação da prisão preventiva decretada na origem.

Para tanto, a defesa alega a presença de circunstâncias objetivas entre ora peticionário e os pacientes indicados nos HC n. 486.635/PR e HC n. 486.623/PR, afirmando que teve sua prisão decretada por decisão exarada pelo d. Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, por ocasião da 56ª Fase da Operação Lava Jato.

Narra ter impetrado **habeas corpus** perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou a medida liminar ali vindicada.

Destaca que, nos HC n. 486.635/PR e HC n. 486.623/PR, foi proferida decisão pela Presidência desta Corte, em regime de plantão, restabelecendo a liberdade dos pacientes, com fundamento na absoluta falta de contemporaneidade existente na data das prisões, decretadas anos após os fatos descritos na inicial acusatória.

Assevera que:

“No caso, Excelência, considerando que o ora requerente, da mesma forma que os pacientes, teve expedido decreto prisional contra si por fatos que teriam ocorrido entre os anos de 2008 e 2015, a ausência de contemporaneidade também se

mostra presente, o que, por si só, em não se tratando de motivo pessoal exclusivo aos pacientes, autoriza, s.m.j., a extensão dos efeitos da liminar concedida nestes autos ao requerente Luis Carlos Fernandes Afonso” (fl. 9).

Por fim, requer, com fundamento no art. 580 do CPP, a extensão dos efeitos da liminar concedida nos HC n. 486.623/PR e 486.634/PR, para cassar o decreto de prisão contra o ora paciente, por ausência de contemporaneidade da medida cautelar de prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

2. Esta Corte Especial firmou orientação no sentido de que a extensão da ordem concedida em **habeas corpus** depende da verificação da equivalência das situações fático-processuais, aliada a ausência de circunstância de caráter pessoal. Acerca da aplicabilidade do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, cito os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. APREENSÃO DE UMA PORÇÃO DE MACONHA (0,88g) E UMA DE COCAÍNA (1,6g). EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. RETARDO INJUSTIFICADO. PACIENTE PRESO HÁ MAIS DE UM ANO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. EXTENSÃO AO CORRÉU. CONDIÇÃO FÁTICA-PROCESSUAL SÍMILE. INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, COM EXTENSÃO AO CORRÉU.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

3. Caso em que o paciente se encontra preso desde 20/12/2015, há mais de 1 ano e 1 mês, sem qualquer dado indicativo de conclusão da instrução, com a sentença, porque teria sido flagrado com cerca de 1,6 g de cocaína e 0,88g de maconha. A ação penal conta com apenas dois réus, e não se identifica qualquer ato procrastinatório da defesa. Precedentes.

4. O corréu encontra-se na mesma condição fático-processual do ora paciente. Extensão dos benefícios, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para relaxar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP a serem estabelecidas pelo juízo processante, com extensão ao corréu JEAN AUGUSTO MONTELS BIDOIA, se por outro motivo não estiverem presos" (HC n. 376.859/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 17/02/2017).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO BELVEDERE. PEDIDO DE EXTENSÃO. SIMILITUDE DE SITUAÇÃO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE EMPECILHO INERENTE À CIRCUNSTÂNCIA DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE PESSOAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 580 DO CPP. POSSIBILIDADE. PEDIDO DEFERIDO.

1. Demonstrada a similitude da situação processual do peticionário com a do paciente, deve-se estender a ordem, eis que não se verifica a existência de qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal que a obstaculize, sendo aplicável, pois, o artigo 580 do Código de Processo Penal.

2. Pedido de extensão deferido em relação ao peticionário, bem como ao corréu restante em idêntica situação, a fim de substituir as suas prisões preventivas por medidas cautelares diversas do encarceramento, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal; sem prejuízo de que o Juízo a quo, de maneira fundamentada, examine se é caso de aplicar mais outras medidas implementadas pela Lei n.º 12.403/11, ressalvada, inclusive, a possibilidade de decretação de novas prisões, caso demonstrada necessidade" (PExt no HC n. 378.207/BA, **Sexta Turma**, Relª. Minª. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/03/2017).

In casu, o requerente pugnou, nos autos do **HC n. 486.634/PR**, pela extensão da ordem ali concedida, em favor do paciente MÁRIO SEABRA SUAREZ (fl. 01), consistente na revogação da prisão preventiva decretada pelo juízo de origem.

Transcrevo os seguintes excertos extraídos da decisão proferida no HC n. 486.634, cuja extensão do benefício pleiteia o ora peticionário, **verbis**:

"Consoante a Súmula n. 691 do STF, 'não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar'.

O afastamento desse óbice processual é excepcionalmente possível em hipóteses de preponderante necessidade de garantia da efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência, a fim de suspender flagrante constrangimento ilegal.

No entanto, para a concessão da ordem de ofício, mediante o adiantamento do pronunciamento da instância superior, impõe-se a ocorrência de situação concreta em que haja decisão absolutamente teratológica e desprovida de razoabilidade.

No caso em apreço, se mostra patente a aventada excepcionalidade.

A decisão que manteve a decretação da prisão preventiva foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 350-351):

'Apurado, em cognição sumária, que Mário Seabra Suarez também desempenhou papel central na arquitetura delitiva, agindo em conluio com Paulo Afonso Mendes Pinto e seu próprio filho Alexandre Suarez nos aspectos fundamentais de todos os crimes praticados em relação ao empreendimento da Torre Pituba, já que concorreu de maneira determinante para a gestão fraudulenta da Petros, bem como atuou decisivamente para a corrupção de funcionários públicos e a distribuição de vantagens indevidas, parte significativa das quais prestou-se ao seu próprio enriquecimento ilícito.

Além de Mário Suarez ter figurado ostensivamente como sócio da Mendes Pinto Engenharia por breve período, no que foi sucedido por seu filho Alexandre Suarez, também foi ele indicado como responsável pela execução e supervisão dos serviços de gerenciamento na proposta apresentada pela Mendes Pinto Engenharia no fraudado procedimento de seleção da gerenciadora do empreendimento. Como representante da Mendes Pinto Engenharia, outrossim, Mário Suarez participava das reuniões do Grupo de Trabalho Petros/Petrobrás que acompanhava a execução da obra.

Apurado que foi Mário Suarez, associado a Paulo Afonso, quem de início pessoalmente abordou Paul Altit para acenar-lhe com a entrega da execução das obras do empreendimento da Torre Pituba para a Odebrecht Realizações Imobiliárias, mediante o pagamento de vantagens indevidas e a realização de fraudado procedimento seletivo da construtora. Demais disso, Mário Suarez era – ao lado de Paulo Afonso e seu filho Alexandre Suarez – um dos chefes de Rodrigo Barreto, empregado de várias empresas do Grupo Suarez que teve atuação essencial para viabilizar a fraude do procedimento de seleção da construtora que executaria as obras, mediante o vazamento de informações reservadas às empreiteiras OAS e Odebrecht Realizações Imobiliárias.

Por outro lado, Mário Suarez foi um dos responsáveis por coordenar o recebimento de valores ilícitos das construtoras OAS e OR, bem como distribuí-los, o que se prestava ao atendimento de “compromissos institucionais” consistentes no pagamento de propina a funcionários públicos e vantagens indevidas a dirigentes da Petros, além de servir ao seu próprio enriquecimento pessoal. Nesse tocante, destaca-se que Mário Suarez era, com Paulo Afonso, sócio da Marman Consultoria Técnica Ltda., uma das empresas utilizadas pela OR para a celebração de contratos fictícios que deram amparo formal à transferência de R\$ 6.916.283,93 em vantagens ilícitas. Ademais, Mário Suarez também organizou junto a integrantes da Área de Projetos Estruturados da OAS a realização de pagamentos em espécie, num primeiro momento encontrando-se mensalmente com Ramilton Machado para combinarem as entregas e, num segundo momento, colocando Adriano Quadros em contato com Alexandre Suarez para que eles passassem a tratar desse tema, valendo destaca r que grande parte desses

pagamentos em espécie foi feita para Paulo Afonso, Marcos Felipe, Alexandre Suarez e Rodrigo Barreto.

Ressalta-se que Mário Suarez e Alexandre Suarez valeram-se de Jailton Andrade, empregado do Grupo Suarez, para a realização de movimentações financeiras, entre 2010 e 2016, que remontam a mais de R\$ 5,1 milhões, em grande parte relacionadas com pessoas jurídicas e físicas envolvidas nos fatos apurados.

Também apurado que Mário Suarez mantém vínculos com um verdadeiro arsenal de pessoas jurídicas, profundamente interrelacionadas e conectadas com empresas de Alexandre Suarez e Paulo Afonso, muitas delas com severos indicativos de não possuírem existência real. A respeito, além de ser empresário individual, de ter figurado como sócio da Mendes Pinto Engenharia e figurar como sócio da Marman, também foi identificado que Mário Suarez mantém ou manteve vínculos com um número significativo de pessoas jurídicas: Popcorn Serviços Administrativos Ltda., Interfood Serviços Administrativos Ltda., Suarez Habitacional Ltda., Construtora Akyo Ltda., Embraim Empresa Brasileira de Administração de Imóveis Ltda., Lojão das Pedras Comércio de Mármore e Pedras Ltda., Suarez Incorporações Ltda. e a offshore Telford Enterprises Inc.

Portanto, há elementos indicando a participação central de Mário Suarez na prática de crimes graves de forma reiterada e durante longo lapso temporal em detrimento da estatal e do fundo de pensão, com graves prejuízos à credibilidade da instituição pública e da entidade de previdência complementar. Também merece destaque que Mário Suarez atuou diretamente no recebimento e distribuição de vultosos valores de vantagens ilícitas, mediante atos de ocultação e dissimulação, havendo o risco de que possa dispor livremente do produto obtido com a prática criminosa que ainda está em parte oculto.

Demais disso, a participação relevante de Mário Suarez nas condutas, com conhecimento de todos os detalhes da ação criminosa, torna factível supor que em liberdade poderá influir negativamente no andamento das investigações.

Nestes termos, decreto a prisão preventiva de Mário Suarez para garantia da ordem pública, instrução processual e aplicação da lei penal.'

Da análise do referido excerto, verifica-se que o fatos que justificaram a segregação cautelar ocorreram em 2016, sem a contemporaneidade necessária para decretação da prisão preventiva, requisito inerente à medida processual excepcional.

A orientação do STJ é a de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos a evitar com a prisão, o que não foi demonstrado nos autos, ao menos de forma preliminar.

[...]

Assim, a ausência de fatos ocorridos em momento posterior ou contemporâneos à prisão preventiva fere a garantia fundamental do direito à liberdade, afastando-se da fundamentação concreta exigida para o preenchimento dos requisitos do art. 312 do CPP" (fls. 759-764 do HC n. 486.634/PR).

Pois bem, conforme se extrai da decisão que decretou a prisão preventiva do ora peticionário, acostada às fls. 398-447, dos autos do HC n. 486.634/PR:

"Luis Carlos Fernandes Afonso, no exercício do cargo de Diretor de

Investimento da Petros, foi o responsável por firmar o Protocolo de Intenções entre a Petros e a Petrobrás sobre o empreendimento da Torre Pituba, assim como firmou os contratos da Petros com as projetistas AFA e Chibasa.

Foi durante a sua gestão como presidente da Petros que foi celebrado o contrato de construção da Torre Pituba com a SPE Edificações Itaigara.

Há elementos sólidos a apontar que Luís Carlos Fernandes Afonso recebeu significativos valores de vantagens indevidas tendo como causa a sua atuação no empreendimento da Torre Pituba.

A respeito, foi identificado que a OAS realizou em seu favor o pagamento de R\$ 2.907.560,00 em espécie, mais o importe de US\$ 1.852.000,00, (equivalente a R\$ 3.620.660,00), mediante transferências dissimuladas para conta mantida em Andorra pela offshore ODE Investment Group Inc por ele controlada e omitida das autoridades brasileiras.

O recebimento de vantagens indevidas, em ambas as modalidades (depósitos em conta da offshore ODE e entregas em espécie), foi operacionalizado por Valdemir Garreta, publicitário do Partido dos Trabalhadores, que teve, na entregas em espécie, o auxílio de Willian Ali Chaim.

Efetivamente, conforme certificado pelas autoridades andorranas, no bojo da cooperação jurídica internacional, para a conta da offshore ODE Investment Group foram efetuadas 8 transferências provenientes das offshores Palmview Management Co Ltd e Well Point International Limited Ad, utilizadas pela Área de Projetos Estruturados da OAS, totalizando US\$ 1.852.000,00. Todos esses depósitos, em cognição sumária, são relativos às vantagens indevidas pagas pela OAS como contrapartida pela atuação de Luís Carlos nas contratações celebradas pela Petros no bojo do empreendimento da Torre Pituba.

Há também elementos indicando que, a partir da conta da offshore ODE Investment, Luís Carlos transferiu o importe de US\$ 102.500,00 para a conta da offshore Lonarda, do investigado Carlos Fernando Costa.

Apurado que logo após a celebração do contrato de construção da obra Torre Pituba, em épocas bastante próximas - 21/09/2011 e 11/04/2012 - Luís Carlos e Carlos Fernando constituíram as empresas offshore Ode Investment Group Inc e Lonarda S/A, respectivamente, no Panamá, por meio das quais foram abertar contas na mesma instituição (Andbank), ambas em Andorra, indicativo do concerto criminoso entre ambos.

Conforme as autoridades andorranas, em 21 de julho de 2017, a conta da Ode Investment possuía saldo remanescente no montante expressivo (não declarado) de US\$ 5.608.617,34, que atualmente se encontra bloqueado, mas recebera, entre dezembro de 2011 e setembro de 2014, depósitos no total de US\$ 11.463.721,00 e EUR 190.220,13, cuja origem ainda não foi totalmente identificada.

Segundo as autoridades andorranas, antes do bloqueio efetuado, haviam partido da conta da Ode Investment transferências de US\$ 6.614.500,00, dos quais US\$ 6.500.126,80 foram destinados para conta mantida por Luís Carlos no Andbank Luxembourg (conta LU133606001620001000) demonstrando, sem qualquer dúvida, o interesse de Luís Carlos de ocultar das autoridades brasileiras os valores que obteve ilicitamente e que mantém de modo clandestino no exterior. Ademais, há indicativos de que Luís Carlos empregou parte desses recursos na aquisição de dois imóveis, em 18 de janeiro de 2013, ambos em Portugal: (a) imóvel denominado Entre Rochas, localizado em Janes, na Freguesia de Alcabideche, Conselho de Cascais, pelo valor de EUR

1.600.000,00, e (b) imóvel urbano, localizado na Travessa do Fala Só, n. 16 e 16-A, na Freguesia de São José, Conselho de Lisboa, pelo valor de EUR 345.000,00.

Somado a isto, Luís Carlos apresentou à Receita Federal declaração de saída definitiva do país em 08/07/2015, tendo posteriormente reingressado em território nacional apenas duas vezes no ano de 2016, ostentando também a nacionalidade portuguesa, a evidenciar que pretende se furtar à aplicação da lei penal.

A prática de atos de lavagem de dinheiro é evidente no caso, envolvendo montantes substanciais, tendo-se valido do operador financeiro Valdemir Garreta, bem como de seu emissário Willian Chaim e dos responsáveis pelo setor de propinas da OAS para ocultar seus ganhos criminosos. Ademais, além de ter aberto e mantido conta não declarada no exterior durante o período em que exerceu a Presidência da Petros, utilizou, ainda, tal conta para transferir recursos para Carlos Fernando Costa e, outrossim, para o recebimento, de forma dissimulada, de outros valores de origem criminosa ainda a serem rastreados, tendo mantido tais recursos ocultos até a presente data, evidenciando a efetiva necessidade de decretação de sua prisão preventiva como forma de proteger a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal.

Luís Carlos Fernandes Afonso, ademais, aparece envolvido em diversos escândalos envolvendo o fundo de pensão Petros.

Efetivamente, foi denunciado, em 30.06.2016, perante o Juízo da 5ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no bojo da Operação Recomeço, pela prática do crime de gestão fraudulenta no âmbito da Petros, mediante a dolosa aprovação da ruinosa aquisição de debêntures da Galileo SPE no valor de R\$ 25 milhões, sendo os prejuízos experimentados pela Petros de mais de R\$ 19 milhões, segundo aquela ação penal.

Ademais, Luís Carlos foi investigado na Operação Greenfield, deflagrada em 05.09.2016, sendo após denunciado em 14.03.2018, perante o Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, responsável que foi por atos temerários e investimentos lesivos aos cofres da Petros, aprovando e realizando aporte de capital do fundo de pensão, no montante de mais de R\$ 17 milhões, por meio do Fundo de Investimentos em Participações ENSEADA (FIP ENSEADA), sem observância dos deveres de diligência e princípio da rentabilidade, segurança e liquidez, em flagrante benefício de empresários envolvidos naquela operação referida.

Todo esse cenário indica que a prisão cautelar de Luís Carlos Fernandes Afonso afigura-se indispensável à garantia da ordem pública e à aplicação da lei penal. As denúncias contra si já ofertadas e todos os fatos aqui descritos denotam que Luís Carlos pratica de forma reiterada crimes contra o sistema financeiro nacional. No caso sob investigação, desempenhou papel relevante em todo o esquema de gestão fraudulenta, corrupção e lavagem de dinheiro narrado, provocando prejuízos de elevada monta às duas entidades lesadas no enredo criminoso, havendo o risco de que possa dispor livremente do produto obtido com a prática criminosa que ainda está em parte oculto, ainda mais porque se encontra no exterior, onde parte significativa das vantagens indevidas lhe foi paga” (fls. 421-423 do HC n. 486.634/PR).

Depreende-se do excerto acima transcrito a existência de diversidade de situação fático-processual entre o paciente e o peticionário, o que impede a concessão do pedido aqui deduzido, eis que ausentes os

requisitos previstos no art. 580 do CPP, hábeis a concessão da medida.

Com efeito, as circunstâncias que ensejaram o decreto da prisão preventiva do ora peticionário não são equivalentes àquela descrita na decisão cuja extensão dos efeitos postula, inclusive quanto a ausência de contemporaneidade dos fatos, não sendo capaz, portanto, de afastar a incidência da Súmula 691 do STF, ao caso posto.

3. Ante o exposto, indefiro o pedido de extensão dos efeitos da liminar concedida no HC n. 486.634/PR.

P. e I.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator